

Farmacêuticos contra a venda de remédios em supermercados

GILBERTO LIMA FILHO

Da equipe de repórteres

Os representantes do setor farmacêutico fluminense temem que a proposta de liberação da venda de remédios em supermercados e lojas de conveniência incentive a automedicação na população de baixa renda.

Por essa razão, o Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF-RJ) e as principais entidades do comércio farmacêutico decidiram ontem formar um bloco de resistência ao projeto, que atualmente está sob análise do Governo federal. O grupo esteve reunido na sede do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Município do Rio de Janeiro.

Embora a proposta se refira exclusivamente aos medicamentos classificados como OTC (Over Table Counter), ou seja, aqueles remédios que não necessitam de receita médica na hora da compra, o presidente do CRF-RJ, Jorge Cavalcanti de Oliveira, é contra a aprovação.

"Se aprovar o projeto, o Governo federal estará tomando uma atitude contraditória em relação às suas próprias campanhas contra a automedicação. Com o atual sistema de saúde pública falido, a população de baixa renda deixará de se consultar no médico e passará a tentar resolver seus problemas de saúde no supermercado", afirmou Jorge Cavalcanti.

Levantamento do Sistema Nacional de Informação Toxicofarmacológica, da Fiocruz, aponta o mau uso de medicamentos como

a maior causa de intoxicação da população brasileira, com 27,31%.

Em segundo lugar estaria o contato com animais peçonhentos, com aproximadamente 23%.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Município do Rio de Janeiro, Ruy de Campos Marins, afirmou que liberação da venda de remédios OTC em supermercados também significaria uma queda de 15% a 20% no faturamento global do setor.

Atualmente existem cerca de 4 mil farmácias no Estado do Rio,

que empregam

aproximadamente nove vendedores para cada estabelecimento. Na avaliação de Ruy de Campos a aprovação do projeto

causaria um corte de 20% na mão-de-obra total do setor.

Apesar disso, o presidente do sindicato ressaltou que a razão da oposição ao projeto é principalmente de saúde pública, e não econômica. Ruy de Campos alega que todos os remédios apresentam contraindicação, e, por isso, devem ser vendidos em locais apropriados.

"Por uma exigência legal as farmácias e drogarias têm um funcionário formado no setor, que é responsável por todos os produtos vendidos. Ao comprar um remédio em um supermercado ou em uma loja de conveniência, o consumidor

não teria essa mesma garantia", comparou Ruy de Campos.

Na avaliação do presidente da Associação do Comércio Farmacêutico do Estado do Rio de Janeiro (Ascoferj), Luiz Carlos Marins, os maiores beneficiados com a aprovação da proposta pelo Governo federal seriam os laboratórios farmacêuticos. Segundo Luiz Carlos, o projeto de liberação incluiria a redução de 30% nos preços de remédios OTC.

"Isso significaria uma falsa impressão de que os remédios estariam mais baratos, quando na verdade seria a formação de dumping por parte dos super-

mercados. Drogarias e farmácias seriam os maiores prejudicadas, porque não teriam como praticar essa redução", argumentou.

A advogada da Ascoferj, Nilza Cardoso, lembrou que a liberação causaria um confronto com a lei federal 5 931, de 1973, que classifica "a venda de medicamentos como privativas de farmácias e drogarias". Ela diz que os supermercados são citados na lei como estabelecimentos não capacitados para esse tipo de comercialização.

"Caso o projeto seja aprovado por medida provisória o setor não terá como recorrer. Mas se a tramitação for feita através de projeto de lei ou de decisão do ministro, a cassação será imediata", explicou a advogada.

Liberação significaria redução de até 20% no faturamento e no emprego do setor